

ACM quer rever precatórios

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendeu, ontem, mudanças na política econômica e a suspensão do pagamento de precatórios da União e dos estados nos casos em que as dívidas judiciais tenham valores absurdos. Antonio Carlos disse que essas medidas devem ser adotadas para que o país volte a crescer e combata a pobreza. “Chegou o momento de flexibilizar determinados setores, mesmo que isso fira, aqui e ali, acordos internacionais”, afirmou.

“Como é que o governo pode pagar esses precatórios e não fazer o programa de assistência à pobreza?” indagou o senador, para acrescentar que “os governadores não podem cumprir precatórios que vão quebrar os estados e levar a União a uma quebradeira total”. Antonio Carlos exemplifi-

cou com os casos de governadores como Mário Covas (PSDB), de São Paulo. “Defendo que não pague os precatórios, senão vai quebrar o estado”, pregou.

Valores – O senador citou, também, o caso da dívida judicial cobrada à União como indenização pelo terreno em que foi feito o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. “Se a União tiver que pagar R\$ 3,7 bilhões pelo terreno, poderá falir”, disse o senador. Para ACM, a suspensão dos pagamentos prejudicaria poucas pessoas e beneficiaria muitas, com programas de combate à pobreza.

Segundo o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, o presidente Fernando Henrique Cardoso apóia a proposta de revisão de precatórios estaduais, pois “considera que qualquer idéia que alivie os estados nessa área pode ser útil”. Uma alternativa poderia ser o parcelamento das dívidas. “Mas isso vai ser estuda-

do pela equipe econômica”, resalvou o porta-voz.

Mudanças – Na opinião do senador, as mudanças defendidas na política econômica devem ser negociadas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, “sem prejuízo de sua permanência no governo”. Antonio Carlos disse que Malan “não será empecilho às mudanças, desde que elas não afetem a estabilidade econômica”, observando que “não precisa mudar o ministro”, que, de acordo com o senador, presta contas ao presidente e não aos partidos.

“O que falta é conversar mais. A equipe econômica anda muito fechada. Isso talvez prejudique”, advertiu Antonio Carlos, ao deixar escapar uma ponta de mágoa com o ministro da Fazenda. “Eu sou amigo de Malan a despeito de nem sempre ser correspondido por ele na amizade”, queixou-se.

De bom humor e sorridente, Antonio Carlos Magalhães revelou que

encaminhou ao ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e ao secretário-geral da Presidência, Aloísio Nunes Ferreira, uma lista de sugestões para mudar a economia e reduzir o déficit público, além de propostas para a pauta do Congresso. Na véspera, Antonio Carlos tinha conversado com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto. “O presidente tem uma série de medidas que está estudando para sugerir ao Congresso Nacional, a fim de mudar um pouco o quadro da nação”, adiantou o senador.

Antonio Carlos Magalhães disse que não quer se transformar em crítico da política econômica. “A política econômica deu certo. Temos é que descomprimir aquela pressão que existe sobre as camadas mais pobres do país. Isso feito, a política economia pode continuar como está, mas dentro desses novos princípios, que também são os do ministro Pedro Malan”, afirmou o senador.